



Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios de Pernambuco e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, 46 milhões de brasileiros vivem em localidades com gestão ineficiente das contas públicas, permanecendo expostos às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado de Pernambuco². Foram analisadas as contas de 182 dos 184 municípios pernambucanos³, onde vivem 9,5 milhões de pessoas - 99,6% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Pernambucanos

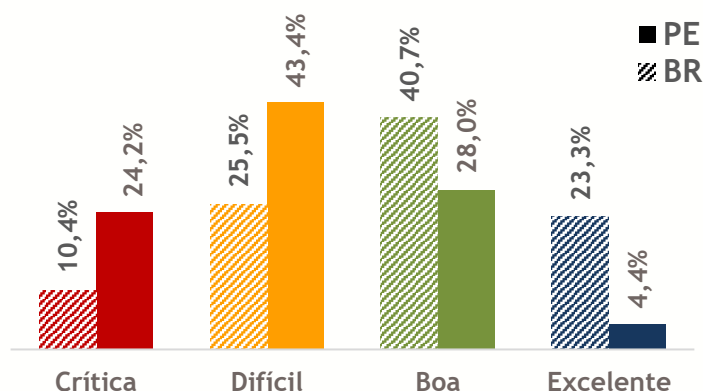
Mais de 30% dos municípios pernambucanos não geram receita suficiente para manter o prefeito e a Câmara

Na média, os municípios pernambucanos terminaram o ano de 2024 com uma situação fiscal difícil. O IFGF médio do estado alcançou **0,5081 ponto** – 22,2% abaixo da média nacional (0,6531 pontos). De todos os municípios do estado analisados, 123 prefeituras (67,6%) encerraram 2024 com situação fiscal crítica ou difícil - dados no gráfico abaixo. Mesmo com esse panorama desfavorável, 51 municípios (28,0%) terminaram o ano com boa situação fiscal, enquanto oito (4,4%) apresentaram uma excelente gestão fiscal.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados dos municípios de Catende e Salgadinho não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios pernambucanos em 2024



Os municípios do estado apresentaram baixa rigidez orçamentária e bom nível de investimentos. No entanto, o quadro fiscal das cidades pernambucanas foi marcado pela baixa autonomia e pelo planejamento financeiro ineficiente.

A seguir serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios de Pernambuco, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** foi o indicador com desempenho médio mais baixo entre os municípios de Pernambuco: **0,1830 ponto**, 58,4% abaixo da média nacional (0,4403). O indicador avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁴. Em 2024, 91,2% dos municípios do estado - 166 de 182 - ficaram com conceito C ou D no indicador. Desse grupo, 66 prefeituras não foram capazes sequer de suprir suas despesas básicas e, portanto, receberam nota zero no indicador.

O IFGF Autonomia evidencia um problema que é crônico na esfera municipal: A alta dependência de municípios por transferências de recursos públicos da União para suprir necessidades mínimas locais. As consequências são: vulnerabilidade frente ao ciclo econômico, desincentivo a gestão fiscal responsável e estagnação da base econômica no município.

Ao contrário do desempenho da vertente Autonomia, o **IFGF Gastos com Pessoal** foi o indicador com melhor desempenho no estado, mesmo 18,7% abaixo da média nacional (0,7991). A pontuação de **0,6496** reflete que as prefeituras do estado possuem uma boa flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha de pagamentos de salários e aposentadoria de servidores. Dos 112 municípios que ficaram com conceito bom ou excelente no

⁴ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

indicador, 51 (28,0% do total de municípios) receberam nota máxima por destinarem menos de 45% de seu orçamento para despesas com pessoal.

No entanto, vale citar que 46 prefeituras (25,3%) comprometem mais de 54% da Receita com a folha de salário e aposentadorias do funcionalismo público⁵. Entre essas cidades, 13 municípios⁶ destinam mais de 60% da receita para esse tipo de despesa, ou seja, ultrapassaram o limite máximo para gasto com pessoal determinado pela LRF.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras dispõem de recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios pernambucanos não apresentaram bom desempenho: **0,5896 ponto**, 11,9% abaixo do registrado na média dos municípios do país (0,6689). Nesta vertente, 99 prefeituras (54,4%) ficaram com conceito C ou D no indicador e, desse grupo, 22 municípios encerraram 2024 no “cheque especial”, pois, não possuíam recursos em caixa para cobrir despesas postergadas para o ano seguinte. Dessa forma, esses municípios receberam nota zero no indicador pela ineficiência do planejamento financeiro.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, teve resultado médio no estado de **0,6102 ponto**. Dos 182 municípios analisados, 53 (29,1%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 32 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa. Na mesma linha, 33 (18,1%) municípios também apresentam bom nível de investimentos em 2024.

No entanto, 52,7% das prefeituras pernambucanos não registraram bons níveis de investimentos: 46 municípios ficaram com conceito C no indicador, enquanto 50 ficaram somente com conceito D. A baixa destinação de recursos para investimentos públicos limita a geração de bem-estar para a população e o desenvolvimento do ambiente de negócios local.

⁵ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal. Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos. Quando o município ultrapassa o limite de 60% de gasto com pessoal, a LRF obriga a reduzir a despesa nos dois quadrimestres seguintes, inclusive com corte de cargos comissionados e funções de confiança.

⁶ Amaraji, Barreiros, Floresta, Itacuruba, Itambé, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Orocó, Paranatama, Passira, São José da Coroa Grande, São José do Belmonte e Vicência.

Destaque: Recife - PE

Em 2024, a capital pernambucana apresentou excelente gestão fiscal, ao registrar nota **0,8687** no IFGF Geral. Recife se destacou ao alcançar grau de excelência nos indicadores **Gastos com Pessoal**, **Investimentos** e **Autonomia**, este último com nota máxima.

Por outro lado, a nota no indicador **Liquidez** não permitiu que a cidade tivesse um desempenho fiscal mais elevado (0,5891 ponto). Esse resultado indica que o município começou o ano de 2025 com pouca folga em caixa.

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Recife ficou na 9ª posição. O indicador de Liquidez foi determinante para a capital não ter ficado mais acima no ranking das capitais.

A análise histórica mostra que a capital mantém uma trajetória de excelente gestão fiscal pelo terceiro ano consecutivo, com dados positivos em relação à Autonomia, Gastos com Pessoal e Investimentos.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Recife

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,8502	1,0000	0,7514	0,6495	1,0000
2014	0,8051	1,0000	0,8402	0,5545	0,8259
2015	0,6431	1,0000	0,4773	0,4370	0,6579
2016	0,6030	1,0000	0,4688	0,4814	0,4619
2017	0,6205	1,0000	0,6262	0,5238	0,3321
2018	0,6886	1,0000	0,7226	0,5605	0,4715
2019	0,7080	1,0000	0,7182	0,4952	0,6186
2020	0,7228	1,0000	0,6903	0,5356	0,6654
2021	0,7347	1,0000	0,9051	0,6366	0,3970
2022	0,8320	1,0000	1,0000	0,7282	0,6000
2023	0,8892	1,0000	0,9758	0,7124	0,8685
2024	0,8687	1,0000	0,9393	0,5891	0,9463
Média PE 2024	0,5081	0,1830	0,6496	0,5896	0,6102
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luís Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br
Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>